

1º SIMULADO **ESTILO FCC**

TRF 3ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO



Estratégia
CONCURSOS

Simulado Especial

TRF 3ª REGIÃO ÁREA JUDICIÁRIA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-31-08>

01 - A B C D E	11 - A B C D E	21 - A B C D E	31 - A B C D E	41 - A B C D E
02 - A B C D E	12 - A B C D E	22 - A B C D E	32 - A B C D E	42 - A B C D E
03 - A B C D E	13 - A B C D E	23 - A B C D E	33 - A B C D E	43 - A B C D E
04 - A B C D E	14 - A B C D E	24 - A B C D E	34 - A B C D E	44 - A B C D E
05 - A B C D E	15 - A B C D E	25 - A B C D E	35 - A B C D E	45 - A B C D E
06 - A B C D E	16 - A B C D E	26 - A B C D E	36 - A B C D E	46 - A B C D E
07 - A B C D E	17 - A B C D E	27 - A B C D E	37 - A B C D E	47 - A B C D E
08 - A B C D E	18 - A B C D E	28 - A B C D E	38 - A B C D E	48 - A B C D E
09 - A B C D E	19 - A B C D E	29 - A B C D E	39 - A B C D E	49 - A B C D E
10 - A B C D E	20 - A B C D E	30 - A B C D E	40 - A B C D E	50 - A B C D E

PORTUGUÊS**A tríplice ilusão.**

O tempo decanta o passado. O que hoje está patente, ontem mal se entrevia. O mundo moderno nasceu e evoluiu embalado por três ilusões poderosas: a de que o pensamento científico permitiria gradualmente banir o mistério do mundo e assim elucidar a condição humana e o sentido da vida; a de que o projeto de explorar e submeter a natureza ao controle da tecnologia poderia prosseguir indefinidamente sem aticar o seu contrário — a ameaça de um terrível descontrolo das bases naturais da vida; e a de que o avanço do processo civilizatório promoveria o aprimoramento ético e intelectual da humanidade, tornando nossas vidas mais felizes, plenas e dignas de serem vividas. Se uma era termina quando as suas ilusões fundadoras estão exauridas, então o veredicto é claro: a era moderna caducou. Crítica ou resignação? E nós, brasileiros, recalcitrantemente “condenados à civilização”, o que temos com isso? Estaremos um dia à altura de ter algo a dizer e propor diante da crise civilizatória?

(Trópicos Utópicos- Eduardo Gianetti, com adaptações)

01. Infere-se do texto que:

- a) o que está patente hoje já era evidente no passado.
- b) o pensamento científico não elucidou o sentido da vida.
- c) o controle da natureza pela tecnologia prosseguiu sem conseqüências.
- d) o avanço tecnológico promoveu o aprimoramento ético.
- e) a tecnologia fomentou a intelectualidade humana.

02. O vocábulo “decanta” foi empregado no sentido de:

- a) vaticina.
- b) mistura.
- c) promete.
- d) elogia.
- e) obstrui.

03. O autor do texto afirma que a era moderna caducou porque está convencido de que:

- a) as pessoas não estão mais felizes porque houve deterioramento ético.
- b) o sentido da vida não foi encontrado apesar do domínio da natureza.
- c) as ilusões fundadoras da era moderna estão exauridas.
- d) a era moderna deturpou a função social da tecnologia.
- e) os brasileiros estão condenados à civilização.

04. Traduz-se adequadamente um segmento do texto em:

- a) O mundo moderno nasceu e evoluiu / a modernidade pariu e cresceu
- b) assim elucidar a condição humana / portanto fazer a humanidade lúcida
- c) sem aticar o seu contrário / sem excitar sua antítese
- d) Estaremos um dia à altura de ter algo a dizer / Seremos futuramente capazes de nos expressar
- e) O que hoje está patente, ontem mal se entrevia / o que agora é notório, outrora não se antevia facilmente

05. Se uma era termina quando as suas ilusões fundadoras estão exauridas / então o veredicto é claro a era moderna caducou.

Nesse período do texto, os segmentos separados pela barra:

- a) expressam idêntico conteúdo valendo-se de sujeitos distintos.
- b) ilustram uma hipótese eventual seguida de um efeito duvidoso.
- c) relacionam-se entre si de maneira mutuamente excludente.
- d) sugerem que a era moderna caducou já que suas ilusões fundadoras estão exauridas.
- e) inter-relacionam ilusões fundadoras caducas de uma era exaurida.

06. Se uma era termina quando as suas ilusões fundadoras estão exauridas, então o veredicto é claro: a era moderna caducou.

Mantendo-se a lógica, as ideias gerais e a correção gramatical, o segmento acima está corretamente reescrito em:

- a) Considerando ser verdade que uma era termina quando suas ilusões fundadoras estão exauridas, a conclusão é clara: a era moderna caducou.
- b) Se é verdade que uma era termina quando as suas ilusões fundadoras estão exauridas, se pode concluir claramente que a era moderna caducou.
- c) Conclui-se que a era moderna caducou posto que suas ilusões fundadoras estão exauridas.
- d) Caso uma era moderna termine, caducaria porque suas ilusões fundadoras estariam exauridas.
- e) Sempre que uma era caduca, o veredicto é evidente: as suas ilusões fundadoras exauriram-se.

07. Pode ser adequadamente transposta para a voz passiva a seguinte oração:

- a) Se uma era termina
- b) O tempo decanta o passado
- c) tornando nossas vidas mais felizes.
- d) as suas ilusões fundadoras estão exauridas.
- e) O que hoje está patente

08. E nós, brasileiros, recalcitrantemente “condenados à civilização”, o que temos com isso?

O acento grave utilizado no segmento acima possui a mesma justificativa que o acento presente em:

- a) Às vezes a evolução nos faz regredir.
- b) A humanidade comprou à vista uma riqueza a prazo.
- c) O futuro agora não é nada similar àquele projetado no passado.
- d) A felicidade prometida à humanidade foi uma promessa ilusória.
- e) O homem constrói os melhores navios para esquecer que está à deriva.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NO BRASIL

Nos últimos anos, com a crescente qualidade e expectativa de vida da sociedade brasileira, a presença da pessoa idosa se tornou um fato social inegável, com um crescimento demográfico significativo de pessoas com mais de 60 anos. São 23,5 milhões de idosos no Brasil, número que representa mais de 11% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Ter na sociedade a presença da pessoa idosa de forma cada vez mais expressiva significa muito mais do que uma melhora na qualidade de vida do ser humano, mas, sobretudo, a manutenção e a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa. Entretanto, o Brasil enfrenta uma triste realidade, na qual a pessoa idosa presencia, em seu dia a dia, situações de violência e de abandono, causadas por seus familiares e por profissionais de diversas áreas que prestam serviços para essa faixa etária, dentre outros agressores.

A violência contra essa parcela da população é tema que merece atenção, informação e a busca pela sua erradicação, uma vez que tal atitude caracteriza a violação aos direitos humanos. É importante conscientizar e informar às pessoas, especialmente às vítimas, sobre as formas de violência e os meios para seu combate.

SILVEIRA, Caroline Assumpção. Violência contra a pessoa idosa no Brasil. Disponível em: <http://domtotal.com/noticia/1083136/2016/11/violencia-contr-a-pessoa-idosa-no-brasil/>. Acesso em: 02 out. 2018 (adaptado).

09. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- a) A população idosa ainda é demograficamente pouco relevante, embora a violência contra eles seja fato alarmante.
- b) Os responsáveis pela violência contra os idosos são seus parentes e os profissionais de saúde.
- c) A presença das pessoas idosas é cada vez mais expressiva na sociedade, mas a violência contra elas compõe triste realidade.
- d) Embora haja respeito aos direitos humanos, grande parte dos idosos ainda sofre violência.
- e) entre os fatores que colaboram para o aumento da expectativa de vida dos idosos estão a revolução médica e a difusão de hábitos mais saudáveis.

10. Sobre as relações semânticas e coesivas internas do texto, assinale a alternativa correta.

- a) “essa parcela da população” (3º parágrafo) refere-se aos familiares e aos profissionais de saúde.
- b) “tal atitude” (3º parágrafo) refere-se à violência contra os idosos.
- c) “tema que merece atenção” (3º parágrafo) refere-se ao número de idosos no Brasil.
- d) “essa faixa etária” (2º parágrafo) refere-se à expectativa de vida no Brasil.
- e) “número” (1º parágrafo) refere-se a 60 anos.

11. ... segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). (1º parágrafo)
O elemento destacado pode ser corretamente substituído por:

- a) como.
- b) de acordo.
- c) consoante.
- d) não obstante.
- e) malgrado.

12. Sobre a pontuação do texto, considere as afirmações abaixo:

I- Em “profissionais de diversas áreas que prestam serviços para essa faixa etária” (2º parágrafo), a inclusão de uma vírgula após “áreas” alteraria os sentidos originais.

II- Em “mas, sobretudo, a manutenção e a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa” (2º parágrafo), o uso das vírgulas é facultativo.

III- Em “Nos últimos anos” (1º parágrafo), a vírgula após “anos” deveria ser suprimida.

Está(ão) correta(s)

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

13. Está adequada a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase:

- a) Se houver maior respeito aos idosos, não seriam tão comuns tais cenários de violência.
- b) Quem quer que agrida um idoso estará praticando ação que vai de encontro aos direitos humanos.
- c) Caso uma pessoa receber denúncia de abandono de idosos, deveria imediatamente denunciar às autoridades.
- d) Ainda que existisse um grande número de idosos na população brasileira, parece ainda persistir um cenário de agressão.
- e) A Constituição obrigará os responsáveis por idosos a que providenciam os devidos cuidados para com eles.

- 14.** O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular na frase:
- a) Nem à violência nem ao abandono (cabem) fazer concessões, uma vez que tais atitudes violam diretamente os direitos humanos.
 - b) Sempre (haver) de surgir novas formas de prolongar a expectativa de vida, de modo que a população idosa tende ainda a crescer.
 - c) Não (constar) em nosso ordenamento jurídico muitas leis atuais a favor de idosos.
 - d) É comum que, mesmo numa relação familiar, (atingir) uma grande dimensão os conflitos entre filhos e seus pais idosos.
 - e) É lamentável que a leis e normas (poder) contrapor-se justamente aqueles que deveriam cuidar de seus idosos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 15.** Três irmãs são graduadas em três áreas diferentes e torcem para times diferentes. As áreas de formação delas são: administração, enfermagem e nutrição. Os times para os quais torcem são: Santos, Cruzeiro e Grêmio. Sabe-se que Ana não é nutricionista e Camila não é nutricionista. Ou Bárbara torce para o Grêmio ou Bárbara torce para o Cruzeiro. Se Bárbara não torce para o Santos, então Ana não é administradora. Camila torce para o Grêmio. Com essas informações é possível determinar corretamente que:
- a) Bárbara torce para o Grêmio e é enfermeira.
 - b) Camila é administradora e torce para o Grêmio.
 - c) Ana é administradora e torce para o Cruzeiro.
 - d) Bárbara é nutricionista e torce para o Santos.
 - e) Ana é enfermeira e torce para o Cruzeiro.
- 16.** No universo dos números inteiros positivos a divisão de N por 4 resulta no quociente A e resto igual a 3. A divisão de A por 8 resulta no quociente B e resto igual a 5. A divisão de B por 4 resulta em quociente C e resto igual a 0. Se N for um número entre os números 100 e 250, o valor da expressão $\frac{A^C + N}{B}$ será igual a:
- a) 36.
 - b) 47.
 - c) 45.
 - d) 58.
 - e) 70.
- 17.** Se 8 pintores trabalhando 8 meses do ano, durante 8 dias no mês e durante 8 horas por dia pintam 8 m² de parede, então a área, em m², de parede pintada por 3 pintores trabalhando 3 horas por dia em 3 dias e em 3 meses do ano será:

- a) $\left(\frac{8}{3}\right)^2$
- b) $\left(\frac{8}{3}\right)^{-3} \cdot 3^2$
- c) $\left(\frac{3}{8}\right)^{-3} \cdot 2^3$
- d) $\left(\frac{3}{8}\right)^3 \cdot 2^{-3}$
- e) $\left(\frac{8}{3}\right)^{-3} \cdot 3$

- 18.** Uma pesquisa foi realizada com servidores de uma das unidades do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Dentre esses servidores, 200 leram o livro A, 220 leram o livro B e 120 leram os dois livros. Sabendo-se que $\frac{3}{8}$ do total de servidores pesquisados não leu quaisquer desses dois livros, então o total de servidores que fizeram parte da pesquisa foi:

- a) 480
- b) 416
- c) 360
- d) 352
- e) 288

- 19.** Considere a seguinte sequência numérica: (500, 5, 5, 400, 8, 10, 300, 11, 15, 200, 14, 20, 100,...). Mantida a regularidade, o elemento que ocupará a 312ª posição dessa sequência será:

- a) 315
- b) 480
- c) 520
- d) - 480
- e) - 520

- 20.** Carlos está se preparando para a prova de um concurso e para isso treina diariamente através da resolução de questões de provas anteriores. Numa segunda-feira ele percebeu que levou 2 horas e 40 minutos para resolver as questões de uma prova completa. No dia seguinte esse tempo foi reduzido em 20% na resolução de uma outra prova e por fim, na quarta-feira, ele conseguiu reduzir em 25% o tempo que tinha feito na terça-feira. Desse modo, é correto afirmar que o tempo total gasto na resolução das provas, nesses três dias, foi de:

- a) 6 horas e 40 minutos.
- b) 6 horas e 24 minutos.
- c) 6 horas e 16 minutos.
- d) 4 horas e 18 minutos.
- e) 3 horas e 36 minutos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Maria se envolveu em um acidente de trânsito em que seu carro, que estava devidamente estacionado, foi atingido por uma viatura policial conduzida por José, agente estatal que furou o sinal vermelho e perdeu o controle do carro ao tentar passar por um cruzamento. O carro de Maria não possui seguro, e diante da ausência de acordo administrativo para o recebimento amigável dos valores, ela resolveu ingressar com ação judicial para recuperar os prejuízos materiais sofridos em virtude do acidente. Nesse cenário, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação deverá ser ajuizada:

- a) em face do Estado, somente, desde que Maria comprove que José agiu com dolo ou culpa em sua conduta, configurando assim o que o ordenamento chama de teoria da “dupla garantia”, já que tanto o Estado, quanto seu agente ficam respaldados por uma ação judicial;
- b) em face do Estado ou de José, a escolha de Maria, que possui a liberdade de optar se deseja receber os valores devidos diretamente do ente estatal, com pagamento através do regime de precatórios, ou se pretende receber diretamente de José, situação na qual o processo segue pelo rito comum, sem as prerrogativas do Poder Público;
- c) em face do Estado, com base na teoria do risco administrativo, segundo a qual a parte interessada deve demonstrar, em juízo, a conduta, o nexo de causalidade e o elemento subjetivo, ou seja, o dolo ou a culpa do agente público;
- d) em face do Estado, ou da pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;
- e) em face de José, apenas, tendo em vista que, no caso, ele estava totalmente em desacordo com as regras de conduta de um agente público, o que faz com que a responsabilidade estatal seja excluída desde logo.

22. Para realização de objetivos de interesse comum, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios podem formar consórcios públicos, que podem ser criados como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado. Sobre esse assunto, e de acordo com a Lei nº 11.107/2005:

- a) no caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público será constituído como associação pública e observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal;
- b) a depender do objeto e do tipo de interesse que motivar a constituição do consórcio, este será firmado com personalidade de direito público ou de direito

privado, mas nunca integrará a Administração Pública dos entes consorciados;

- c) a lei prevê como cláusula necessária do protocolo de intenções a que estabeleça a denominação, a finalidade e a sede do consórcio, sendo facultativo o estabelecimento de prazo de duração, nos termos do que ficar definido pelos entes participantes;
- d) a União participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados, podendo dispensar essa exigência quando expressamente previsto no contrato e no protocolo de intenções;
- e) o consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

23. Pedro, obteve aprovação em concurso público para um cargo público federal, cujo provimento foi realizado na cidade de Campo Grande. Além disso, Pedro é casado com Joana, servidora pública federal do TRF 3ª Região, sendo que ambos possuíam residência em São Paulo, capital. Em virtude da mudança de Pedro para a nova cidade, Joana requisitou a remoção para Campo Grande, alegando tratar-se de direito subjetivo consagrado na Lei nº 8.112/1990.

Nesse caso, o pedido de Joana:

- a) procede, uma vez que ela terá exercício em outra unidade do próprio TRF da 3ª Região;
- b) procede, pois a Lei nº 8.112/1990 prevê a remoção, independentemente do interesse da Administração, para acompanhar cônjuge ou companheiro que tomará posse em nova sede;
- c) não procede, uma vez que a legislação não assegura a remoção em virtude de provimento originário de cônjuge ou companheiro;
- d) não procede, em virtude da inviabilidade de remoção a pedido, já que tal instrumento decorre exclusivamente de necessidade do serviço.
- e) procede, mas o deferimento do pleito depende da existência de cargo vago na nova sede.

24. Determinado estado da federação adquiriu, através de seu Secretário de Administração, bens consumíveis de uso diário, realizando com o fornecedor um contrato verbal e efetuando o pronto pagamento pelas mercadorias. Diante desse fato, e com base no que dispõe a Lei nº 8.666/1993 e demais disposições sobre licitações e contratos:

- a) o contrato verbal firmado pelo Secretário é nulo de pleno direito, pois em qualquer caso é obrigatória a forma escrita, em atendimento aos princípios da formalidade e impessoalidade;

- b) o contrato verbal, em regra, é nulo, sendo aceito para pequenas compras de pronto pagamento, cujo valor não ultrapasse R\$ 8.800,00;
- c) nos casos de pequenas compras realizadas através do convite, sempre é permitida a contratação por acordo verbal, desde que o valor esteja compreendido nessa modalidade;
- d) é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo em situações de urgência ou emergência, que ensejariam inclusive a inexigibilidade do procedimento licitatório;
- e) o contrato verbal é permitido expressamente no âmbito da Lei de Licitações e na Lei do Pregão, independentemente do valor dos bens adquiridos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

25. Considere:

- I Processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, os membros do MPU, exceto os que oficiem perante tribunais e ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- II Processar e julgar, originariamente, os habeas corpus contra Ministros de Estado.
- III Julgar, em grau de recurso, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- IV Processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

De acordo com o que determina a CF/88, as ações descritas em (I), (II), (III) e (IV) serão de competência, respectivamente:

- a) Do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e dos Juízes Federais.
- b) Dos Tribunais Regionais Federais, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Juízes do Trabalho.
- c) Dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e dos Juízes do Trabalho.
- d) Do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça do Trabalho.
- e) Dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e dos Juízes Federais.

26. Determinada parcela de certa categoria de empregados, sentindo-se prejudicada por drásticas medidas tomadas pela administração fazendária local, decide acionar o respectivo sindicato, no intuito de ver assegurada a defesa de direitos de parte dos filiados. Considerando as disposições constitucionais e

jurisprudenciais sobre o tema e que, no caso em questão, a lei municipal prevê, contra eventual decisão da administração, o cabimento de recurso administrativo sem efeito suspensivo, o referido sindicato:

- a) Poderá impetrar Mandado de segurança coletivo, por meio da representação processual bastando, para tanto, autorização genérica de seus filiados.
- b) Não poderá, num primeiro momento, impetrar Mandado de Segurança coletivo, uma vez que o referido ato administrativo é passível de recurso, conforme previsão legal.
- c) Desde que legalmente constituído e em funcionamento há pelo menos um ano, poderá impetrar Mandado de Segurança coletivo, atuando como substituto processual.
- d) Poderá impetrar Mandado de Segurança coletivo, independentemente de autorização de seus filiados e do prévio esgotamento da via administrativa.
- e) Não poderá impetrar Mandado de Segurança Coletivo, já que somente parte dos filiados fora atingida pelo referido ato administrativo, a não ser que haja expressa autorização dos demais empregados da categoria.

27. A respeito do controle de constitucionalidade, e em consonância com o que estabelece a CF/88 e a jurisprudência pátrias, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado-abstrato de constitucionalidade realizado pelos Tribunais de Justiça estaduais deve ter como parâmetro a Constituição Estadual, razão pela qual é inadmissível que esses tribunais exerçam o controle de constitucionalidade tendo como fundamento dispositivo contido na Constituição Federal.
- b) Caso medida provisória venha a ser atacada por meio de ADI e, posteriormente, rejeitada pelo Congresso Nacional, a referida ação restará prejudicada.
- c) Atos meramente regulamentares, por serem revestidos de normatividade, podem ser objeto de ADI.
- d) Contra lei estadual que contrarie enunciado de súmula vinculante, caberá reclamação constitucional perante o STF.
- e) A cláusula de reserva de plenário determina que, no controle difuso, para que lei ou ato normativo sejam declarados inconstitucionais, será necessária decisão de segundo grau proferida pelo voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do órgão especial.

DIREITO CIVIL

- 28.** No caso de penhor geral, pecuário e industrial, respectivamente, a posse da coisa empenhada fica com o:
- a) credor, devedor e devedor.
 - b) devedor, credor e devedor.
 - c) devedor, devedor e credor.
 - d) credor, credor e devedor.
 - e) credor, devedor e credor.
- 29.** Lei X, de 2012, passou a estabelecer que o máximo de andares que uma construção poderia ter, em certa zona, era de vinte andares. Em 2016 uma nova lei, Y, ampliou o limite, estabelecendo o limite de quarenta andares. Em 2018, com o objetivo de restringir novamente a altura dos edifícios, nova lei, a Lei Z, foi editada, revogando a Lei Y. João pretende edificar na área. A respeito da eficácia das normas no tempo, assinale a alternativa correta.
- a) Em 2019, João pode edificar, desde que respeitado o limite de vinte andares.
 - b) Em 2018, com o advento da nova lei, João, que edificava o 18º andar de seu prédio de trinta andares, terá de respeitar o limite de 20 andares.
 - c) João, em 2020, poderá edificar um prédio de sessenta andares.
 - d) Iniciadas as obras de um prédio em 2011, João não poderá ultrapassar vinte andares, se a construção finalizar antes de 2018.
 - e) Em 2014, ao edificar o 23º andar do prédio cuja construção iniciara em 2011, João deverá demolir os três andares que ultrapassam o 20º andar.
- 30.** Márcia foi contratada, aos 14 anos, como menor-aprendiz, enquanto ainda cursava o Ensino Médio e morava com os pais. Aos 16 anos, iniciou um relacionamento afetivo com Péricles, casando-se com ele quatro anos depois. Ainda aos 16 anos, obteve seu título de eleitora. Aos 17 anos seu canal no Youtube ficou mundialmente famoso, tendo ela passado a obter renda muito superior a de seus pais. Aos 17 anos, ela terminou um Curso Técnico. Sobre Márcia, é correto dizer que ela se emancipou aos:
- a) 14 anos, quando se tornou menor-aprendiz.
 - b) 16 anos, quando iniciou um relacionamento afetivo com Péricles.
 - c) 16 anos, quando obteve seu título de eleitora.
 - d) 17 anos, quando seu canal no Youtube ficou mundialmente famoso.
 - e) 17 anos, quando terminou um Curso Técnico.

- 31.** A respeito do fato jurídico, assinale a alternativa correta:
- a) Têm-se por inválidas as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
 - b) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
 - c) Se for suspensiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
 - d) Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe.
 - e) Reputa-se verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 32.** Paulo e Afonso que, residem em Goiânia/GO, foram vítimas de um acidente automobilístico provocado por Jéssica que reside em Caldas Novas/GO. Paulo e Afonso, então, ajuizaram ações indenizatórias individuais contra Jéssica, na circunscrição judiciária de Goiânia/GO.
- Com base na situação descrita, assinale a alternativa correta:
- a) Paulo e Afonso poderiam ter ingressado em litisconsórcio ativo. Contudo, nesse caso haveria formação de litisconsórcio unitário, de modo que a decisão deve ser uniforme aos dois.
 - b) Paulo e Afonso poderiam ter ingressado em litisconsórcio ativo. Contudo, nesse caso haveria formação de litisconsórcio simples, de modo que seriam considerados como litigantes distintos em relação à Jéssica.
 - c) Caso as ações sejam distribuídas para juízos distintos, deverão ser reunidas em razão da continência.
 - d) Diante das peculiaridades do caso, Jéssica deverá ser citada por intermédio de Oficial de Justiça.
 - e) Paulo e Afonso poderiam ter ingressado em litisconsórcio ativo. Nesse caso haveria formação de litisconsórcio unitário, de modo que seriam considerados como litigantes distintos em relação à Jéssica.
- 33.** Ronan ajuizou ação de indenização contra Renata. O processo tramitou por meio eletrônico e foi julgado improcedente. Inconformado, Ronan interpôs recurso de apelação, mas não recolheu qualquer valor à título de preparo.
- Com base nesta situação, o juiz deverá:

- a) intimar Ronan, na pessoa de seu advogado, para recolher exclusivamente o valor do preparo em dobro, sob pena de deserção.
- b) intimar Ronan, na pessoa de seu advogado, para recolher o valor do preparo e do porte de remessa e retorno, sob pena de deserção.
- c) aplicar, imediatamente, a pena de deserção a Ronan.
- d) intimar Ronan, na pessoa de seu advogado, para recolher o valor do preparo e do porte de remessa e retorno, em dobro, sob pena de deserção.
- e) intimar Ronan, na pessoa de seu advogado, para recolher exclusivamente o valor do preparo, sob pena de deserção.

34. Julgue os seguintes itens:

- I – A competência para a ação de consignação em pagamento é do foro do local do domicílio do réu.
- II – Inexiste interesse de agir na ação de exigir contas de contrato de mútuo e financiamento.
- III – É lícito ao juiz conceder uma tutela possessória diversa daquela expressamente pedida pelo autor.
- IV – Não caberá ao juízo do inventário e partilha a decisão sobre questões fundadas em provas não documentais.
- V – O Juízo que ordenou a constrição do bem será absolutamente competente pelo processamento e julgamento dos embargos de terceiro.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, III, V, apenas.
- b) todas as assertivas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III, IV e V, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

DIREITO PENAL

35. Em viagem a Buenos Aires, capital argentina, o brasileiro José resolve sacar dinheiro em uma agência do Banco do Brasil situada na referida cidade. Todavia, ao se dirigir ao caixa eletrônico, não conseguiu sacar o dinheiro, pois a máquina apresentou problemas técnicos. Revoltado, José saiu, pegou uma pedra e atirou contra a vidraça da referida agência, quebrando-a.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da personalidade ativa.
- b) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio do domicílio
- c) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da bandeira ou pavilhão

- d) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da defesa ou proteção
- e) Não será aplicável a lei penal brasileira

36. Pedro caminhava pela rua quando foi surpreendido por Jonas e José. Enquanto Jonas deu um “mata-leão” na vítima, José subtraiu dos bolsos de Pedro o celular e a carteira. Após a subtração, José e Jonas fugiram, mas foram presos em flagrante alguns minutos depois pela polícia, que recuperou os bens subtraídos. Pedro não sofreu nenhum ferimento.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que houve crime de:

- a) furto qualificado pelo concurso de agentes, consumado.
- b) furto qualificado pelo concurso de agentes, tentado.
- c) roubo majorado pelo concurso de agentes, consumado.
- d) roubo majorado pelo concurso de agentes, tentado.
- e) roubo impróprio consumado.

37. Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, analise as assertivas a seguir:

- I – José, funcionário público, exigiu, em razão da função pública, vantagem indevida. Neste caso, José praticou o crime de concussão.
- II – Pedro, estagiário do TRF3, durante o período de recesso, solicitou vantagem indevida em razão da função por ele exercida. Neste caso, não houve crime funcional.
- III – Marcos, empregado público, se apropriou de um bem particular do qual tinha a posse em razão da função. Neste caso, houve peculato.

Neste caso, é correto o que se afirma APENAS em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) I e III

38. Marcelo, a fim de prejudicar seu vizinho Caio, envia uma carta anônima à Delegacia de Polícia da região, afirmando que Caio havia praticado um crime de estelionato, mesmo sabendo que Caio era inocente em relação ao referido delito. A autoridade policial, após diligências preliminares, instaurou inquérito policial para investigar eventual conduta criminoso de Caio. Todavia, após a conclusão das investigações, o inquérito foi arquivado por falta de base para a denúncia.

Neste caso, pode-se afirmar que:

- a) Marcelo praticou o crime de calúnia.
- b) Marcelo praticou o crime de comunicação falsa de crime ou contravenção.
- c) Marcelo praticou o crime de denúncia caluniosa majorada consumada.
- d) Marcelo praticou o crime de denúncia caluniosa majorada tentada.
- e) Marcelo praticou o crime de denúncia caluniosa simples consumada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Acerca da competência, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao TRF da região em que o município está localizado processar e julgar prefeito pelo crime de desvio de verba pública ainda sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- b) A competência territorial, como regra, se define pelo local da prática da conduta.
- c) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será do Juízo do lugar em que for praticado o último ato de execução.
- d) Há conexão quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração.
- e) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a militar.

40. O Ministério Público denunciou José pela prática do crime de estupro, cuja pena é de reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos, formulando, ainda, pedido de decretação da prisão preventiva. O Juízo recebeu a denúncia, mas indeferiu o requerimento de prisão preventiva.

O MP não concordou com o indeferimento do pedido de prisão preventiva, eis que entende que há fundamentos para a prisão cautelar; a defesa, por sua vez, entende não haver justa causa para a ação penal.

Nesta hipótese, o Ministério Público e a defesa de José deverão:

- a) interpor recurso em sentido estrito, em ambos os casos.
- b) interpor recurso em sentido estrito, no caso do MP, e impetrar habeas corpus, no caso da defesa de José.
- c) interpor apelação, no caso do MP, e impetrar habeas corpus, no caso da defesa de José.
- d) impetrar mandado de segurança, no caso do MP, e interpor recurso em sentido estrito, no caso da defesa de José.
- e) impetrar mandado de segurança, no caso do MP, e impetrar habeas corpus, no caso da defesa de José.

41. José foi denunciado pela prática do crime de estelionato, cuja pena é de reclusão, de um a cinco anos, e multa; Paulo foi denunciado pela prática do crime de furto, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos, e multa; Carlos foi denunciado pela prática do crime de desacato, cuja pena é de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Considerando as hipóteses narradas, é cabível o benefício da suspensão condicional do processo a:

- a) Paulo e Carlos, apenas.
- b) Carlos, apenas.
- c) Paulo, apenas.
- d) nenhum dos três denunciados.
- e) José, Paulo e Carlos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

42. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A moratória somente pode ser concedida, em caráter geral, pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira, não cabendo a concessão pela União em relação aos tributos de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) A lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- c) Mesmo que haja disposição legal em sentido contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- d) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido, mas será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.
- e) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

43. São créditos que possuem privilégios em relação ao crédito tributário, exceto:

- a) Créditos trabalhistas e do acidente do trabalho.
- b) Na falência, créditos com privilégio especial.
- c) Na falência, as importâncias passíveis de restituição.
- d) Na falência, o crédito com garantia real no limite do valor do bem gravado.
- e) Na falência, créditos extraconcursais.

44. Em 28/12/18, ocorreu o fato gerador de determinada taxa de serviço, incidindo sobre a prestação de serviço público específico e divisível. O lançamento deste tributo, realizado de ofício, ocorreu em 20/05/2019. Considere as seguintes informações:

A referida taxa foi instituída pela Lei 01, em 05/05/17, estabelecendo que a alíquota aplicável seria de 10%.

Em 20/10/18, foi publicada a Lei 02, alterando a alíquota aplicável para 20%.

A Lei 03, publicada, em 20/01/2019, alterou a alíquota para 15%.

A Lei 04, publicada em 20/05/2019, alterou a alíquota da referida taxa para 30%.

Com base em tais informações, responda qual é a alíquota a ser aplicada pela autoridade fiscal competente, ao efetuar o lançamento da taxa:

- a) 10%
- b) 15%
- c) 20%
- d) 30%
- e) não será cobrada a taxa

45. Aponte a alternativa que contém apenas hipóteses de extinção do crédito tributário:

- a) pagamento; compensação; conversão de depósito em renda.
- b) transação; remissão; parcelamento.
- c) decadência; moratória; prescrição.
- d) decisão judicial passada em julgado; pagamento; impugnação administrativa.
- e) decadência; conversão do depósito em renda; isenção.

46. No tocante à obrigação tributária e ao crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- b) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo débito fiscal, constitui o crédito tributário, porém não fica dispensada providência por parte do fisco para efetuar a formalização do lançamento.
- c) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente ao tributo devido.
- d) O lançamento, como regra, rege-se pela lei vigente na data da sua realização, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- e) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

47. A aposentadoria por idade é um dos benefícios que são devidos aos segurados do RGPS. Em relação ao citado benefício, assinale a assertiva incorreta:

- a) a aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem e 60 (sessenta), se mulher.
- b) a aposentadoria por idade será devida ao segurado empregado a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela.
- c) a aposentadoria por idade consistirá numa renda mensal de 70% do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- d) a idade requerida para a aposentadoria será reduzida em cinco anos para os trabalhadores rurais e quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- e) para a concessão de aposentadoria por idade exige-se uma carência de 180 contribuições mensais.

48. Não são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social:

- a) o empregado de organismo oficial internacional em funcionamento no Brasil coberto por regime próprio de previdência social.
- b) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- c) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
- d) aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
- e) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

49. Com base na Lei 8.213/91, podemos afirmar que no âmbito do RGPS, são benefícios acumuláveis:

- a) salário maternidade e auxílio-doença.
- b) aposentadoria e auxílio-doença.
- c) mais de uma aposentadoria.
- d) seguro desemprego e pensão por morte.
- e) duas pensões por morte deixadas por cônjuges ou companheiros distintos.

50. Entre os princípios aplicáveis à Seguridade Social, aquele que é destinado ao legislador, tendo por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade, é o princípio da

- a) Diversidade da base de financiamento.
- b) Seletividade na prestação de benefícios e serviços.
- c) Equidade na forma de participação do custeio.
- d) Universalidade da cobertura e do atendimento
- e) Distributividade na prestação de benefícios e serviços.

QUESTÃO DISCURSIVA

Inédita

Por considerar conveniente a aquisição de 1000 computadores com previsão de entregas parceladas, um Órgão público federal resolveu realizar um procedimento licitatório seguindo a sistemática de um Sistema de Registro de Preços. A modalidade de licitação escolhida foi a concorrência, na modalidade técnica e preço, opção consubstanciada por despacho fundamentado do Presidente do referido Órgão. A Ata de Registro de Preço foi assinada em 01/02/2018.

Homologada a licitação e disponibilizada a Ata de Registro de Preços no Portal de Compras do Governo federal, em 01/08/2018, 2 órgãos estaduais e 2 federais manifestaram seu interesse em aderir à referida Ata. Os órgãos estaduais desejaram adquirir, cada um, 600 computadores e os órgãos federais 300 computadores, cada.

Por sua vez, em 01/11/2018, o órgão gerenciador da Ata deferiu integralmente o pedido de adesão para todos os órgãos não participantes, haja vista terem sido cumpridos os limites estabelecidos no Decreto 7.892/2013. Em 05/02/2019, os órgãos solicitaram a contratação dos objetos com o fornecedor.

Com base nessa situação hipotética, responda, necessariamente, às seguintes indagações.

- a) A viabilidade da adoção do Sistema de Registro de Preços;
- b) Viabilidade da modalidade de licitação empregada;
- c) A possibilidade de adesão à Ata nos termos apresentados.

Responda em até 30 linhas.

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA


1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-31-08>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE